

DESAFIOS ENCONTRADOS PARA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Hajime Ozaki do Espirito Santo

Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Capivari, SP, Brasil.

hajimeozaki@gmail.com

Rafael Rodrigues de Barros Lobo

Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Capivari, SP, Brasil.

rafael.lobo@aluno.ifsp.edu.br

Resumo

Esse artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre os principais desafios enfrentados por profissionais da educação para que realizem a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências no ambiente escolar. Para o desenvolvimento do artigo, foi conduzida uma pesquisa utilizando o buscador Google Acadêmico que faz o link para as bases de dados utilizadas, sendo encontrado o total de 165 artigos, relacionando as palavras-chaves: acessibilidade, inclusão, deficiência, educação inclusiva e educação especial. Realizado uma triagem dos artigos relacionando o contexto do ambiente escolar e as dificuldades que o professor enfrenta para aplicar o tema. Através da metodologia qualitativa o artigo foi dividido em 3 categorias para análise com os seguintes temas: formação de professores, tecnologia para auxiliar na inclusão e apoio da família e sociedade. Conclui-se que existe a necessidade de investimentos para a formação dos profissionais que trabalham com inclusão e acessibilidade, é importante que exista um planejamento sistêmico e não somente em ações pontuais em ações solitárias. Observa-se que a tecnologia pode trazer grandes benefícios para o objetivo de inclusão e acessibilidade, diminuindo as dificuldades de acesso a locais e ajudando na formação dos professores. Por fim, apesar dos professores apresentarem um papel importante por serem interlocutores dos alunos no ambiente escolar, verifica-se que existindo o envolvimento da família e a comunidade são obtidos melhores resultados.

Palavras Chaves: Acessibilidade; Inclusão; Educação; Deficiência; Profissionais.

CHALLENGES ENCOUNTERED FOR ACCESSIBILITY AND INCLUSION IN EDUCATION

Abstract

This article aims to promote reflection on the main challenges faced by education professionals in ensuring the inclusion and accessibility of people with disabilities in the school environment. To develop the article, a search was conducted using the Google Scholar search engine, which links to the databases used, and a total of 165 articles were found, relating the keywords: accessibility, inclusion, disability, inclusive education and education Special. A screening of articles related to the context of the school environment and the difficulties that teachers faced in applying the topic was carried out. Using qualitative methodology, the article was divided into 3 categories for analysis with the following themes: teacher training, technology to assist in inclusion and support for family and society. It is concluded that there is a need for investment in the training of professionals who work with inclusion and accessibility, it is important that there is systemic planning and not just specific actions in solitary actions. It was noted that technology can bring great benefits to the objective of inclusion and accessibility, making access to places more difficult and helping with teacher training. Finally, although teachers play an important role in being students' interlocutors in the school environment, it appears that better results are obtained with family and community involvement.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Education; Disability; Professionals.

1 INTRODUÇÃO

Pensar em acessibilidade e inclusão na educação parece, em um primeiro momento, ser uma tarefa simples. Contudo, quando confrontados com a realidade dos espaços escolares, sobretudo da sala de aula, tendo a preocupação com o aprendizado dos estudantes alvo da inclusão e também dos demais, percebe-se a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o que compreendemos como inclusão, o que diz a literatura a esse respeito, e se de fato o que temos oportunizado nas escolas corresponde com tais concepções.

Diante deste enorme desafio, são essenciais as seguintes questões norteadoras: como promover a inclusão? Qual o papel da acessibilidade na inclusão? O que é de fato incluir? O que atualmente é promovido nas escolas se caracteriza como inclusão? Como capacitar o quadro do magistério das unidades escolares de educação básica, técnica e superior para a garantia da inclusão?

Tais questionamentos geram enormes inquietações, a principal é como os profissionais da educação são desafiados a trabalhar com essa demanda, as principais dificuldades enfrentadas para promover a inclusão, os recursos existentes disponíveis para que seja promovida e a formação dos professores como é tratada.

O uso de recursos tecnológicos como ferramenta que faz a aproximação do aluno com a matéria ministrada em sala é de suma importância. Existem diversos recursos disponíveis como computadores, braile, soroban, jogos, que auxiliam o aprendizado.

Tendo em vista o cenário descrito, o trabalho a seguir tem o objetivo de mostrar, utilizando uma análise bibliográfica de artigos relacionados ao assunto, os principais desafios que os profissionais da educação enfrentam para que seja realizado a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A constituição garante que todos devem ter acesso à educação, todos os direitos estão devidamente descritos de forma que pessoas portadoras de deficiência ou não portadoras têm a garantia que suas necessidades serão atendidas, porém quando se aprofunda, vários fatores fazem com que na prática isso não seja efetivado. Quando analisamos a Constituição Federal de 1988 o artigo 205 (Brasil, 1988) prevê as obrigações e responsabilidades de todos os envolvidos no processo de inclusão, mas de forma frequente nota-se que os papéis se invertem e a própria constituição muitas vezes é utilizada como ferramenta para distorcer os papéis.

O desenvolvimento da medicina somada aos novos avanços da ciência que listam deficiências que até a pouco tempo não eram reconhecidas, trazem a necessidade da criação de novas leis para garantir a aplicação do que está previsto na constituição. Desta forma faz-se necessário a criação de leis para garantir acessos e condições de igualdade às ferramentas, conteúdos e ambientes que até então não estão ao alcance deste público.

Neste contexto podemos citar a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que garante o acesso de pessoas com deficiência em instituições federais, da mesma forma, a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015) “assegura condições de igualdade da pessoa com deficiência no exercício dos seus direitos”. Para que seja possível a aplicação desta lei, foi realizada a descrição das características necessárias para identificar uma pessoa com deficiência, é fato que muitas leis ainda serão criadas, uma vez que o conceito de deficiência está em plena evolução e depende da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras geradas devido às atitudes e ao ambiente que pode ou não proporcionar igualdade de

oportunidades com as demais pessoas. Desta forma, é fundamental o acompanhamento das mudanças e garantir que as leis acompanhem esse ritmo de modo que as pessoas com deficiência não sofram ou tenham seus direitos cerceados pela evolução constante.

Nota-se então que existem grandes desafios para criação de leis e a aplicação das mesmas. É perceptível que faltam recursos financeiros e conhecimento adequado de parte dos representantes das pessoas com deficiência. Ainda é possível perceber que falta agilidade e interesse das autoridades competentes para atuar em favor destas pessoas que necessitam desta inclusão, sendo assim, fica claro que somente a união sociedade, poder público e instituição de ensino pode alterar a realidade atual e trazer melhoras expressivas neste cenário.

2.1 Parâmetros legais

A Constituição Federal de 1988 prevê no art. 208 “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (Brasil, 1988,p.121), e ainda afirma que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Brasil,1988,p.120)

Sabendo que a educação não é resumida ao ensino fundamental e médio, é necessário que exista a inclusão no ensino superior. Para isso a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 em seu artigo 3º prevê que sejam destinadas vagas às pessoas com deficiência, citando que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012)

A pessoa com deficiência deve ter o direito de ser incluída na sociedade, para isso existe a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta lei tem

como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Câmara dos Deputados, 2015,p.8).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, protocolo facultativo à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU (2007), dispõe aos Estados membros a adoção dos seguintes compromissos no artigo 24:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (Brasil,2007,p.28)

2.2 Caracterização da pessoa com deficiência

Tendo em vista que a tratativa da pessoa com deficiência é algo relativamente novo e traz dúvidas devido à complexidade do tema, esta seção do artigo busca determinar a caracterização da deficiência.

Para a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), da qual o Brasil é signatário, a deficiência é um conceito em evolução. Segundo a Convenção “Ela é o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais” (Brasil,2007,p.14).

Para referenciar o indivíduo que possui deficiência é utilizado com parâmetro a lei 13.146/2015 o termo que diz que "pessoa com deficiência" é a forma de caracterização dos indivíduos que possuem impedimentos ou limitações nas suas funções. Essa terminologia é também respaldada por documentos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que visa a valorização da pessoa como um todo evitando estigmas associados à deficiência.

Entender o que caracteriza uma pessoa com deficiência é fundamental para que exista a compreensão das necessidades e dificuldades que esses indivíduos enfrentam. O Instituto Federal da Paraíba IFPB, 2018 traz uma contribuição importante sobre a compreensão de quem são as pessoas com deficiência:

Por mais redundante que possa parecer, pessoas com deficiência são pessoas, o que implica dizer que são cingidas por toda a complexidade que caracteriza o ser humano. Sua formação psicossocial, para além de uma peculiaridade, é influenciada pelo contexto histórico, cultural, social e familiar no qual estão inseridas, em conjunto com fatores individuais, ligados à sua própria personalidade. Como qualquer pessoa, têm potencialidades e dificuldades, sentem, pensam, vivem e elaboram de maneira particular cada experiência. Apresentam, como todas as pessoas, afinidades e distinções entre si. (IFPB,2018)

2.3 Importância da formação dos professores

Entendendo que o profissional que faz a interface do aluno com deficiência no ambiente escolar, existe uma preocupação que é pertinente relacionado a formação e capacitação para o uso das salas de recursos. Tendo em vista essa preocupação surgem questionamentos sobre quais habilidades e conhecimentos são exigidos para desempenharem suas atribuições.

De acordo com Poker (2016 *apud* Kassar, 2014), a formação é um aspecto importante a ser considerado neste contexto, era de entendimento comum que o professor da Educação Especial fosse de uma formação mais generalista, devido à diversidade de tarefas que esse profissional deve desempenhar. Porém, desde 2008, devido as políticas nacionais de educação inclusiva é definido que o professor seja direcionado a um grupo de alunos específico. Nesse sentido a formação requer uma abordagem mais específica, capaz de atender às necessidades individuais dos estudantes, sugerindo a adoção de um modelo de especialização.

Para a autora Costa (2012), dentro do ambiente das escolas com o intuito de promover a educação inclusiva e proporcionar oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tem sido necessário organizar tanto a acessibilidade arquitetônica quanto a curricular e pedagógica. Estudos evidenciam que a maioria das escolas enfrentam desafios em relação à falta de acessibilidade arquitetônica, bem como de mobiliário e material didático-pedagógicos adequados às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Ainda segundo a autora Costa (2012), diante dessa demanda, as políticas públicas de educação e formação de professores têm buscado possibilitar o acesso dos alunos com deficiência ao currículo escolar e às classes regulares nas escolas públicas. Isso tem ocorrido por meio de práticas pedagógicas que consideram suas diferenças de aprendizagem. Essa

abordagem ressalta a importância de uma educação democrática, que possa superar as barreiras da diferença de aprendizagem e garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola pública. Além disso, reflete sobre as possibilidades de construção de uma sociedade justa e humana.

2.4 Tecnologia para auxiliar na inclusão

A tecnologia assistiva é um conceito recente utilizado para descrever ferramentas destinadas a auxiliar na rotina de indivíduos com deficiência. Zuliani e Berghauser (2017 *apud* de Souza, 2005). Pode ser feita a seguinte definição do Comitê de Ajudas Técnicas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre tecnologia assistiva:

[...] produtos, recursos, serviços, estratégias e práticas que objetivam promover a funcionalidade e proporcionam ao usuário condições compatíveis para que ele atue no mundo em igualdade de condições, visando sua autonomia, independência e qualidade de vida (Zuliani; Berghauser, 2017 *apud* Brasil, 2009).

Para Zuliani e Berghauser (2017), é possível observar um considerável avanço no desenvolvimento de recursos tecnológicos voltados para o uso de alunos com deficiência. A implementação e fortalecimento de um sistema educacional inclusivo têm encontrado suporte nas Tecnologias de Informação e Comunicação. Essas tecnologias são consideradas promissoras devido à sua capacidade de construir recursos que facilitam o acesso a informações, conteúdos curriculares e conhecimentos em geral, abrangendo a diversidade de pessoas, inclusive aquelas que apresentam algum tipo de deficiência.

No contexto escolar, segundo as autoras Zuliani e Berghauser (2017), as tecnologias desempenham um papel significativo e devem ser consideradas como recursos de apoio essenciais. Sua utilização é fundamental para aprimorar o processo de aprendizado, especialmente na educação inclusiva. É observado que os alunos frequentemente fazem uso desses recursos em suas residências, o que justifica a sua introdução no ambiente escolar como um fator motivador para a aprendizagem.

A tecnologia tem uma importante participação em nosso contexto social, desta forma é fundamental que não seja ignorado o uso desse recurso dentro do ambiente escolar. Zuliani e Berghauser (2017) afirmam que “as tecnologias não devem ser ignoradas no contexto escolar,

tendo em vista que os alunos, direta ou indiretamente, já mantêm contato com elas fora do ambiente de estudo” (Zuliani; Berghauser, 2017 *apud* Bersh, 2013).

2.5 Participação da sociedade

Entendendo que a pessoa com deficiência necessita de atenção especial é essencial que seja garantido a adaptação do ambiente escolar, adequando às necessidades do indivíduo com esse tipo de carência. Nesse contexto, Belther (2017, p.64) diz que “as intervenções pedagógicas devem ser guiadas, em primeiro lugar, pelos aspectos de ensino e aprendizagem relacionados ao desenvolvimento cognitivo da criança no contexto escolar”.

Para que exista a integração do indivíduo deficiente no ambiente escolar é necessário o envolvimento da família, escola e comunidade. O ambiente escolar não deve ser o único local de inclusão, segundo Silva (2012, p.106) é necessário que os indivíduos envolvidos no processo acreditem que a inclusão é viável, não somente por parte dos professores dentro do ambiente escolar.

Para que a inclusão escolar seja efetivada com êxito, não basta que apenas alguns professores dentro de uma escola acreditem nela. Pelo contrário, é necessário que toda a comunidade escolar, incluindo familiares e alunos, acreditem e sigam os princípios básicos da inclusão, ou seja, democracia, igualdade, busca de uma educação de qualidade para todos os alunos e também nos benefícios que todos irão alcançar com a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular (Silva, 2012, p.106 *apud* Schaffner; Buswell, 1999).

É notório que o papel do professor como mediador e facilitador é fundamental para que exista a inclusão do aluno com deficiência. Para isso, ele tem o papel de adaptar e agregar didáticas para que haja acolhimento no ambiente escolar, os autores desta forma concluem:

O professor mediador acredita que seu aluno é capaz de aprender, independentemente da sua condição. Mas acredita de verdade e demonstra isso ao seu aluno, sinceramente. E o fato de realmente acreditar faz com que ele crie e planeje novas formas de ensinar, objetivando a aprendizagem de fato, pois crê que ela vai acontecer. Não se trata de elaborar um planejamento para cada criança, mas sim de pensar em atividades, metodologias e estratégias diferenciadas para atender à necessidade imediata do aluno. (Budel, Meier, 2012, p.60).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo, foi conduzida uma pesquisa utilizando o buscador Google Acadêmico que faz o link para as bases de dados utilizadas, inserindo as seguintes palavras-chave relacionadas: desafios da acessibilidade e inclusão no ensino fundamental, deficiência, educação inclusiva e educação especial. A pesquisa inicial resultou em um total de 165 artigos. Após uma triagem criteriosa, foram selecionados os cinco artigos relevantes

para embasar a pesquisa, priorizando a importância dos professores para a inclusão e acessibilidade.

A Tabela abaixo lista os artigos selecionados após triagem usando como temática a importância dos professores na inclusão e acessibilidade.

Tabela 1 – Título do artigo, autor e ano de publicação

Título	Autor	Ano da publicação
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos	Bezerra, Giovani Ferreira	2020
Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura	Bisol, Cláudia Alquati Valentini, Carla Beatris Stangherlin, Rafaella Ghidini Bassani, Priscila Paolla Peyrot	2018
As proposições de uma escola inclusiva na concepção de professores de educação especial: algumas problematizações	Thesing, Mariana Luzia Corrêa Costas, Fabiane Adela Tonetto	2018
A formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise	Prais, Jaqueline Lidiane de Souza Rosa, Vanderley Flor da	2017
A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena	Ferreira, Carla Mercês Rocha Jatobá Lopes, Tatiane Felipe	2016

Fonte: Elaboração própria a partir de triagem relacionado tema

Realizada uma análise mais aprofundada, através de um cruzamento qualitativo dos dados encontrados nos artigos selecionados, com isso, efetuado o agrupamento de dados em três categorias principais: formação de professores, tecnologia como agente facilitador e participação da sociedade na acessibilidade e inclusão.

Tabela 2 – Análise Qualitativa dos artigos relacionados

Categorias	Artigos relacionados
Formação de professores	5
Tecnologia para auxiliar na inclusão	2
Apoio da família e sociedade	2

Fonte: Elaboração própria baseado nas pesquisas qualitativas

4 RESULTADOS

4.1 Formação de Professores

Com base nos dados analisados, a formação de professores é um dos pontos principais a serem desenvolvidos. Entende-se que no decorrer do tempo com as consolidações das leis e implementação das novas práticas de inclusão e acessibilidade na sociedade, demandas antes reprimidas passaram a ser expostas como não eram anteriormente, desta forma, relacionando o preparo do professor como indivíduo interlocutor tornando um dos principais responsáveis pelo acolhimento e com papel de integrar o deficiente dentro do contexto social.

Em seu artigo Bezerra (2020), indica que o profissional que atua com a inclusão de pessoas com deficiência nem sempre é selecionado de forma adequada, é entendido em certos momentos que o profissional tem uma função de trabalho braçal. E não é mantida uma adequada atribuição da pessoa tendo em vista que não existe um plano de formação ou treinamento com respaldo para exercer de forma adequada a inclusão promovendo a acessibilidade ao aluno deficiente.

Da mesma forma, o artigo de Bisol *et al.* (2018) indica que entre os principais desafios para inclusão está a falta de formação adequada de professores, tornando-se um dos principais entraves dentro do ambiente escolar. Em sua pesquisa foram relacionadas referências que indicam que a formação tradicional de pedagogia não é suficiente para atender as demandas com o currículo planejado com a estrutura atual. Existe uma lacuna não preenchida, e formações realizadas de forma contínua é alvo de críticas por não serem suficientes para melhoria do entendimento e conhecimento de inclusão.

Para Thesing e Costa (2018), a formação atual do professor é incompleta para atender às demandas de inclusão. Em seu artigo existem relatos de profissionais que entendem que a formação continuada pode ser uma alternativa importante, sendo defendida por diversos profissionais. Para a melhoria do contexto dentro da sala de aula, através de planejamento adequado e integração com o professor regular, a formação é fundamental. Para alguns entrevistados é necessário a criação de nova concepção de professor, sendo desta forma um profissional com maior flexibilidade e em constante formação.

Segundo os autores Prais e Rosa (2017), a formação de professores para melhoria da inclusão é o ponto de maior congruência entre os materiais pesquisados. Para eles, a formação colaborativa dos profissionais visando a inclusão tem sido entendida como um processo de sucesso, somando assim os conhecimentos e experiências.

Temos ainda o artigo de Ferreira e Lopes (2016), que indica em sua pesquisa que alguns professores apresentaram desconforto no exercício pedagógico de inclusão devido à falta de preparo. Destacado que uma das professoras entrevistadas não tinha preparo para inclusão de um aluno com surdez, porém de forma proativa buscou formação em libras para

que o aluno fosse incluído no ambiente escolar. A iniciativa ocorreu de forma solitária, sem uma visão estruturada da direção e ou coordenação.

4.2 Tecnologia como apoio à inclusão

A tecnologia como instrumento de apoio à inclusão e acessibilidade é fundamental para que exista a interação do aluno deficiente dentro do ambiente escolar. Desta forma o conhecimento de novas aplicações, pelos profissionais da educação, é fundamental dentro do contexto de inclusão e acessibilidade no desenvolvimento do aprendizado de novos conhecimentos em sala de aula.

Tendo em vista essa questão como ponto focal, a pesquisa concentrou-se nesse tema, é verificado na literatura que para Bisol *et al.* (2018), é importante ter o olhar na comunicação e interação disponível para as pessoas com deficiência. Em levantamento realizado pelos autores a utilização de softwares educativos e computadores adaptados ergonômicos podem facilitar a tarefa do aluno com dificuldade de locomoção.

Ainda segundo os autores, é necessário que barreiras que impedem a locomoção física sejam analisadas e retiradas para uma inclusão completa. Pensar em mobilidade é ter a tecnologia trabalhando de forma inclusiva removendo dessa forma as travas psicológicas que afetam a autonomia de alunos com deficiência.

De acordo com Prais e Rosa (2017), a tecnologia desempenha um papel relevante na inclusão, especialmente no contexto da formação de professores. O uso de softwares e conteúdos disponíveis na internet, especialmente em aulas à distância, podem desempenhar um papel importante no aprimoramento dos profissionais. A realização de cursos teóricos e práticos utilizando recursos tecnológicos trazem a inovação de estratégias e a facilidade de acesso a conteúdos que antes estavam disponíveis apenas em locais específicos, permitindo sua disseminação de forma exponencial.

4.3 Apoio da família e sociedade para inclusão

Para a consolidação da inclusão e acessibilidade é necessário que o indivíduo com deficiência tenha o apoio no ambiente familiar e da sociedade. A garantia do cumprimento das leis é fundamental nesse sentido, e em determinados momentos é necessário que a família tenha a clareza de acionar de forma judicial caso não sejam cumpridos os requisitos determinados na constituição e leis que regem o nosso país.

Em seu artigo os autores Prais e Rosa (2017) indicam que existe a necessidade da disseminação do tema de acessibilidade e inclusão perante a sociedade. Somente através de

afirmações contundentes de especialistas, as mudanças ocorrem nas políticas públicas relacionadas a práticas pedagógicas e formação de profissionais para inclusão.

Para Bisol *et al.* (2018), a participação da sociedade desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão. É necessário que a sociedade atue como garantidora do direito de todos ao acesso aos recursos comunitários. Uma nova abordagem deve ser adotada, na qual a criação de ambientes essenciais permita a participação de todos, sem restrições, tendo como objetivo a inclusão.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se após realizar análise dos artigos, observa-se que existe a necessidade de investimentos direcionados à formação dos profissionais que atuam na área de inclusão e acessibilidade. Esses investimentos devem ser estruturados de forma sistemática, considerando a importância de um planejamento abrangente, em vez de apenas ações pontuais e isoladas. É fundamental que os profissionais recebam capacitação contínua e aprofundada para lidar com os desafios da inclusão, proporcionando um ambiente educacional mais igualitário e acolhedor para todos os estudantes.

Além disso, observou-se que a tecnologia desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade. Através do uso de recursos tecnológicos, é possível superar diversas barreiras e dificuldades de acesso físico a determinados locais. A tecnologia também pode ser uma aliada na formação dos professores, oferecendo ferramentas e conteúdos educacionais que ampliam suas possibilidades de ensino e adaptação curricular. Desta forma, é fundamental que haja investimentos nesse campo, buscando a integração efetiva da tecnologia nas práticas educacionais inclusivas.

Embora os professores desempenhem um papel crucial como mediadores no aprendizado dentro do ambiente escolar, a participação da família e da comunidade é muito importante para alcançar resultados significativos. Quando há um envolvimento da família e da comunidade no processo, são criadas condições favoráveis para a inclusão e acessibilidade. O trabalho entre a escola, família e sociedade, promove a inclusão ampliando as oportunidades de aprendizados dos alunos com deficiência dentro do ambiente escolar.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BELTHER, Josilda Maria, **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BEZERRA, Giovani Ferreira ; **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos**. Artigo. 2020.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris ; STANGHERLIN, Rafaella Ghidini; BASSANI, Priscila Paolla Peyrot; **Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura**. Artigo. 2018

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20127_128.pdf> Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011**. Planalto, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BUDEL, Gislaine Coimbra; MEIER, Marcos; **Mediação e Aprendizagem na educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.cnpmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

COSTA, Valdelúcia Alves da; Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública. In: COSTA, Valdelúcia Alves da et al. (Org.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói: Intertexto Editora; CAPES, 2011b. p. 31-52.

COSTA, Valdelúcia Alves da; Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais: para quê? In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão et al (Org.). **O professor e a educação inclusiva formação, práticas e lugares**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012.

FERREIRA, Carla Mercês Rocha Jatobá; LOPES, Tatiane Felipe; **A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena**, 2016. Artigo. 2016

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **A inclusão social de pessoas com deficiência**. IFPB, 2018. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/a-inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. **A deficiência mental na voz das professoras**. 1993. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS 1993.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. O professor e a educação inclusiva formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012.

Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Oficial.** Brasil, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PLANALTO. Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 16 jun. 2023.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca; **Educação Inclusiva: em foco a formação de professores.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PRAIS, Jaqueline Lidiane de Souza; ROSA, Vanderley Flor da; **A formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise** v.30 n.57 p.129 – 144, 2017. Artigo. <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 23 jun. 2023

SILVA, Aline Maira da; **Educação Especial e inclusão escolar história e fundamentos.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; **As proposições de uma escola inclusiva na concepção de professores de educação especial: algumas problematizações.** Artigo. 2018

ZULIANI, Maria Lucia da Silva; BERGHAUSER, Neron Alípio Cortes; **Tecnologias assistivas na educação inclusiva.** Artigo. 2017.